



# **LIBRAS: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS**

**SUMÁRIO**

1-	HISTÓRIA DOS SURDOS	3
2-	CULTURA SURDA	19
3-	CAUSAS DA SURDEZ	24
4-	GRAUS DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA	28
5-	A COMUNICAÇÃO	32
6-	A FUNÇÃO DA ESCOLA	40

**REFERÊNCIAS**

## 1- HISTÓRIA DOS SURDOS

A **história dos surdos** registra seus acontecimentos históricos como grupo, que possui uma língua, uma identidade e uma cultura.

Ao longo das eras, os Surdos travaram grandes batalhas pela afirmação da sua identidade, da comunidade surda, da sua língua e da sua cultura, até alcançarem o reconhecimento que têm hoje, na era moderna.

No Egito, os surdos eram adorados, como se fossem deuses, serviam de mediadores entre os deuses e os Faraós, sendo temidos e respeitados pela população.

Na época do povo Hebreu, na Lei Hebraica, aparecem pela primeira vez, referências aos Surdos.



### Grécia

Na Antigüidade os chineses lançavam os surdos ao mar, os gauleses os sacrificavam ao Deus Teutates, em Esparta eram lançados do alto dos rochedos. Na Grécia, os Surdos eram encarados como seres incompetentes. Aristóteles, ensinava que os que nasciam surdos, por não possuírem linguagem, não eram capazes de raciocinar. Essa crença, comum na época, fazia com que, na Grécia, os Surdos não recebessem educação secular, que não tivessem direitos, que fossem marginalizados (juntamente com os deficientes mentais e os doentes) e que muitas vezes fossem condenados à morte. No entanto, em 360 a.C., Sócrates, declarou

que era aceitável que os Surdos se comunicassem com as mãos e o corpo. Séneca afirmou:

“ Matam-se cães quando estão com raiva; exterminam-se touros bravios; cortam-se as cabeças das ovelhas enfermas para que as demais não sejam contaminadas; matamos os fetos e os recém-nascidos monstruosos; se nascerem defeituosos e monstruosos, afogamo-los, não devido ao ódio, mas à razão, para distinguirmos as coisas inúteis das saudáveis.<sup>[4]</sup> ”

Os Romanos, influenciados pelo povo grego, tinham ideias semelhantes acerca dos Surdos, vendo-o como ser imperfeito, sem direito a pertencer à sociedade, de acordo com Lucrécio e Plínio. Era comum lançarem as crianças surdas (especialmente as pobres) ao rio Tibre, para serem cuidadas pelas Ninfas. O imperador Justiniano, em 529 a.C., criou uma lei que impossibilitava os surdos de celebrar contratos, elaborar testamentos e até de possuir propriedades ou reclamar heranças (com exceção dos surdos que falavam).



Roma

Em Constantinopla, as regras para os surdos eram basicamente as mesmas. No entanto, lá os Surdos realizavam algumas tarefas, tais como o serviço de corte, como pajens das mulheres, ou como bobos, de entretenimento do sultão.

Mais tarde, Santo Agostinho defendia a ideia de que os pais de filhos Surdos estavam a pagar por algum pecado que haviam cometido. Acreditava que os Surdos podiam comunicar por meio de gestos, que, em equivalência à fala, eram aceites quanto à salvação da alma.

Os cristãos, até à Idade Média, criam que os Surdos, diferente dos ouvintes, não possuíam uma alma imortal, uma vez que eram incapazes de proferir os sacramentos.

John Beverley, em 700 d.C., ensinou um Surdo a falar, pela primeira vez (em que há registo). Por essa razão, ele foi considerado por muitos como o primeiro educador de Surdos.

Foi só no fim da Idade Média e início do Renascimento, que saímos da perspectiva religiosa para a perspectiva da razão, em que a deficiência passa a ser analisada sob a óptica médica e científica.

### **Até a Idade Moderna**

---

Foi na Idade Moderna que se distinguiu, pela primeira vez, surdez de mudez. A expressão surdo-mudo, deixou de ser a designação do Surdo.



Pedro Ponce de León

Pedro Ponce de León, um monge católico da ordem dos beneditinos, inicia, mundialmente, a história dos Surdos, tal como a conhecemos hoje em dia. Para além de fundar uma escola para Surdos, em Madrid, ele dedicou grande parte da sua vida a ensinar os filhos Surdos, de pessoas nobres, nobres esses que de bom grado lhe encarregavam os filhos, para que pudessem ter privilégios perante a lei (assim, a preocupação geral em educar os Surdos, na época, era tão somente económica). León desenvolveu um alfabeto manual, que ajudava os Surdos a soletrar as palavras (há quem defenda a ideia de que esse alfabeto manual foi baseado nos gestos criados por monges, que comunicavam entre si desta maneira pelo facto de terem feito voto de silêncio).

Nesta época era costume que as crianças que recebiam este tipo de educação e tratamento fossem filhas de pessoas que tinham uma situação económica boa. As demais eram colocadas em asilos com pessoas das mais diversas origens e problemas, pois não se acreditava que pudessem se desenvolver em função da sua "anormalidade".

Juan Pablo Bonet, aproveitando o trabalho iniciado por León, foi estudioso dos Surdos e seu educador. Escreveu sobre as maneiras de ensinar os Surdos a ler e a falar, por meio do alfabeto manual. Bonet proibia o uso da língua gestual, optando o método oral.

John Bulwer, médico inglês, acreditava que a língua gestual deveria possuir um lugar de destaque, na educação para os Surdos; foi o primeiro a desenvolver um método para comunicar com os Surdos. Publicou vários livros, que realçam o uso de gestos.

John Wallis (1616-1703), educador de Surdos e estudioso da surdez, depois de tentar ensinar vários Surdos a falar, desistiu desse método de ensino, dedicando-se mais ao ensino da escrita. Usava gestos, no seu ensino. George Dalgarno desenvolveu um sistema inovador de dactilologia. Konrah Amman, defensor da leitura labial, já que considerava que a fala era uma dádiva de Deus que fazia com que a pessoa fosse humana (não considerava os Surdos que não falavam como humanos). Amman não fazia uso da língua gestual, pois acreditava que os gestos atrofiavam a mente, embora os usasse como método de ensino, para atingir a oralidade.



O Abade Charles-Michel de l'Épée, fundador da primeira escola para surdos.

Charles Michel de L'Épée, nascido em 1712, ensinava, numa primeira fase, os Surdos, por motivos religiosos. Muitos o consideram criador da língua gestual. Embora saibamos que a mesma já existia antes dele, L'Épée reconheceu que essa língua realmente existia e que se desenvolvia (embora a não considerasse uma língua com gramática). Os seus principais contributos foram:

- criação do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, em Paris (primeira escola de Surdos do mundo);
- reconhecimento do Surdo como ser humano, por reconhecer a sua língua;
- adopção do método de educação colectiva;
- reconhecimento de que ensinar o Surdo a falar seria perda de tempo, antes que se devia ensinar-lhe a língua gestual.

Jacob Rodrigues Pereira, educador de Surdos que usava gestos mas sempre defendeu a oralização dos Surdos. Nunca publicou nenhum dos seus estudos. Thomas Braidwood, fundou uma escola de Surdos, em Edimburgo (a primeira escola de correcção da fala da Europa). Samuel Heinicke, ensinou vários Surdos a falar, criando e definindo o método hoje conhecido como Oralismo.

### Até à Idade Contemporânea

---

Depois da Revolução Francesa e durante a Revolução Industrial, entrou-se numa era de disputa entre os métodos oralistas e os baseados na língua gestual. Roch-Ambroise Cucurron Sicard foi um abade francês, famoso pelo seu trabalho como educador de Surdos; Sicard fundou a escola de Surdos de Bordéus, em 1782, posteriormente sucedeu a L'Épée, como director do instituto criado pelo mesmo, também apoiou a criação de vários institutos de surdos em todo o país. Pierre Desloges, francês, tornou-se surdo aos 7 anos, devido à varíola, foi defensor da língua gestual, tendo sido autor do primeiro livro publicado por um surdo, onde revelava a sua indignação contra as ideias do Abade Deschamps, que havia publicado um livro que criticava a língua gestual. Desloges, a esse respeito, declarou o seguinte:

“ Tal como o francês vê a sua língua desvirtuada por um alemão que apenas ”

conhece algumas palavras da língua francesa, penso que devo defender a minha língua contra as acusações falsas deste autor.

Desloges, em seu livro, defende a ideia de que a língua gestual (Antiga Língua Gestual Francesa) já existia, mesmo antes do aparecimento das primeiras escolas de surdos, como criação dos surdos e sua língua natural.



Thomas Hopkins Gallaudet

Jean Itard, primeiro médico a interessar-se pelo estudo da surdez e das deficiências auditivas, usava os seguintes métodos nas suas pesquisas: cargas eléctricas, sangramentos, perfuração de tímpanos, entre outras.

Jean Massieu foi um dos primeiros professores surdos do mundo. Laurent Clerc, surdo francês, educador, acompanhou Thomas Hopkins Gallaudet, educador ouvinte, aos EUA, onde abriram uma escola para surdos, em Abril de 1817, a Escola de Hartford. Gallaudet instituiu nessa escola a Língua Gestual Americana, passou ainda a seu uso o inglês escrito e o alfabeto manual. Em 1830, quando Gallaudet se reformou, já existiam nos Estados Unidos cerca de 30 escolas para surdos.

Edward Miner Gallaudet, filho de Thomas Gallaudet e também educador de surdos, lutou pela elevação do estatuto do Instituto de Colúmbia a colégio. Esse colégio deu origem, em 1857, à Universidade Gallaudet, onde for presidente por 40 anos.

Nesse interím, Alexander Graham Bell, cientista estadunidense, trabalhava na oralização dos surdos. Casou com uma surda, Mabel. Bell era grande defensor do oralismo e opunha-se à língua gestual e às comunidades de surdos, uma vez que as considerava como um perigo contra a sociedade. Assim sendo, Bell defendia que os

surdos não deveriam poder casar entre si e deveriam obrigatoriamente frequentar escolas normais, regulares. No entanto, em 1887 Bell, no Congresso de Milão, admitiu que os surdos deveriam ser oralizados durante um ano, mas se isso não resultasse, então poderiam ser expostos à língua gestual.<sup>[7]</sup> Esta luta entre o oralismo e a língua gestual continua até aos nossos dias.<sup>[8]</sup>



Hellen Keller

Em 1880 nasce Hellen Keller, nos Estados Unidos. Hellen ficou cega e surda aos 19 meses de idade, por causa de uma doença. Aos 7 anos Hellen havia criado cerca de 60 gestos (br: sinais) para se comunicar com os familiares. Anne Sullivan, a professora de Hellen, isolou-a do resto da família, conseguindo assim disciplinar e ensinar Hellen. Sullivan ensina a Hellen usando o método de Tadoma, que consiste em tocar os lábios e a garganta da pessoa que fala, sendo isso combinado com dactilologia na palma da mão. Hellen aprendeu a ler inglês, francês, alemão, grego e latim, através do braile. Aos 24 anos formou-se, em Radcliffe. Foi sufragista, pacifista e apoiante do planeamento familiar. Fundou o Hellen Keller International, uma organização para prevenir a cegueira. Publicou muitos livros e foi galardoada por Lydon B. Johnson, com a Presidential Medal of Freedom.

### **Associativismo**

Quando Sicard morreu, o Instituto Nacional de Surdos-Mudos de Paris iniciou um período conturbado. Além de sucessivos diretores que nunca conseguiram estabelecer uma liderança forte, as questões institucionais eram tratadas como questões familiares e o Instituto começou a perder crédito. Como ao longo de toda a

história dos surdos, nesta época a luta entre adeptos do oralismo e do gestualismo continuava, dentro e fora do Instituto.

Bébian fundou uma escola privada para surdos, em Paris, onde usava o seu defendido método oralista, sendo proibido aos alunos do Instituto Nacional que contactassem com Bébian, quer dentro quer fora do Instituto.

Em 1829 o Instituto tinha apenas dois professores Surdos e apenas alunos do sexo masculino usufruíam de suas aulas; não existiam pessoas Surdas no conselho diretivo, no conselho consultivo, na formação vocacional, nem mesmo entre os monitores. Por estarem cientes destes problemas, alguns professores uniram-se na tentativa de mudar o rumo da situação e surgem então duas frentes ideológicas, de um lado os defensores do método oralista, de outro lado os defensores do gestualismo.

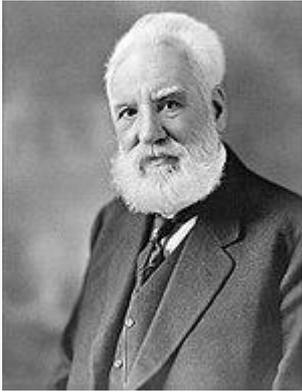
No final de 1830 houve um grande movimento de pessoas Surdas, que mexeu com as bases do instituto. Ferdinand Berthier, líder de uma delegação de surdos, escreveu ao Rei Luís Filipe, de França, pedindo a readmissão de Bébian na direção do Instituto - o que chocou de tal modo a administração do Instituto que apenas aumentou as lutas e os desentendimentos de adeptos oralistas e gestualistas, que entraram em ruptura.

Neste época, quase todas as escolas de Surdos em França usavam os métodos de Bébian na educação dos surdos e criticavam as posições do Instituto.

Em 1834, um comité de dez membros Surdos liderados por Berthier organizou um banquete em honra do Abade de L'Épée, banquete esse que se tornou um evento anual, usado pelos Surdos como fórum a fim de publicitar as suas ideias e exigências. Nascia assim o Movimento Surdo, numa época em que pessoas Surdas tomavam conta de suas vidas e tomavam consciência do que os rodeava, lutando por seus direitos e resolvendo seus próprios problemas. Com o tempo, estes banquetes tornaram-se festivais de Língua Gestual.

Em 1838 foi fundada a Sociedade Central de Assistência e Educação de Surdos-Mudos - a primeira associação de Surdos do mundo.

### **Congresso de Milão**



Alexander Graham Bell

Antes do Congresso, na Europa, durante o século XVIII, surgiam duas tendências distintas na educação dos surdos: o gestualismo (ou método francês) e o oralismo (ou método alemão). A grande maioria dos surdos defendia o gestualismo enquanto que apenas os ouvintes apoiavam o oralismo - por exemplo Bell, nos EUA, fazia campanha a favor deste método, entre muitos outros professores, médicos, etc.

Em 1872, no Congresso de Veneza, decidiu-se o seguinte:

- O meio humano para a comunicação do pensamento é a língua oral;
- Se orientados, os surdos lêem os lábios e falam;
- A língua oral tem vantagens para o desenvolvimento do intelecto, da moral e da linguística

O *Congresso de Milão*, em 1880, foi um momento obscuro na História dos surdos, uma vez que lá um grupo de ouvintes, tomou a decisão de excluir a língua gestual do ensino de surdos, substituindo-a pelo oralismo (o comité do congresso era unicamente constituído por ouvintes).<sup>[9]</sup> Em consequência disso, o oralismo foi a técnica preferida na educação dos surdos durante fins do século XIX e grande parte do século XX.

O Congresso durou 3 dias, nos quais foram votadas 8 resoluções, sendo que apenas uma (a terceira) foi aprovada por unanimidade. As resoluções são:

1. O uso da língua falada, no ensino e educação dos surdos, deve preferir-se à língua gestual;

2. O uso da língua gestual em simultâneo com a língua oral, no ensino de surdos, afecta a fala, a leitura labial e a clareza dos conceitos, pelo que a língua articulada pura deve ser preferida;
3. Os governos devem tomar medidas para que todos os surdos recebam educação;
4. O método mais apropriado para os surdos se apropriarem da fala é o método intuitivo (primeiro a fala depois a escrita); a gramática deve ser ensinada através de exemplos práticos, com a maior clareza possível; devem ser facultados aos surdos livros com palavras e formas de linguagem conhecidas pelo surdo;
5. Os educadores de surdos, do método oralista, devem aplicar-se na elaboração de obras específicas desta matéria;
6. Os surdos, depois de terminado o seu ensino oralista, não esqueceram o conhecimento adquirido, devendo, por isso, usar a língua oral na conversação com pessoas falantes, já que a fala se desenvolve com a prática;
7. A idade mais favorável para admitir uma criança surda na escola é entre os 8-10 anos, sendo que a criança deve permanecer na escola um mínimo de 7-8 anos; nenhum educador de surdos deve ter mais de 10 alunos em simultâneo;
8. Com o objectivo de se implementar, com urgência, o método oralista, deviam ser reunidas as crianças surdas recém admitidas nas escolas, onde deveriam ser instruídas através da fala; essas mesmas crianças deveriam estar separadas das crianças mais avançadas, que já haviam recebido educação gestual, a fim de que não fossem contaminadas; os alunos antigos também deveriam ser ensinados segundo este novo sistema oral.<sup>[10]</sup>

Uma década depois do *Congresso de Milão*, acreditava-se que o ensino da língua gestual quase tinha desaparecido das escolas em toda a Europa, e o oralismo espalhava-se para outros continentes.

### **Durante o século XX**

---

Em resultado da evolução nos campos da tecnologia e da ciência, no século XX, particularmente no campo da surdez, a educação dos surdos passou a ser dominada pelo oralismo (que encara a surdez como algo que pode ser corrigido). No entanto, sem a cura da surdez os insucessos do oralismo começaram a ser evidenciados, pois os surdos educados no método não os ajudava a conseguir um emprego, comunicar com ouvintes desconhecidos ou manter uma conversa fluída.<sup>[12]</sup>

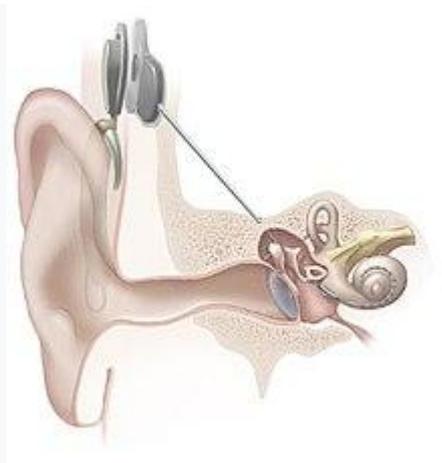


Ilustração do interior de um implante coclear.

Entretanto, surge o primeiro aparelho auditivo, em 1898.<sup>[13]</sup> Na Antiguidade, os aparelhos usados eram cornetas, ou tubos acústicos,<sup>[14]</sup> mas a ampliação electrónica começou com Bell, em 1876, quando inventou o telefone com a intenção de amplificar o som para a sua esposa e mãe, ambas surdas.<sup>[15]</sup> ideia que é concretizada em 1900, em Viena, por Ferdinand Alt.<sup>[16]</sup> Só em 1948 surgem aparelhos com pilhas incorporadas e em 1953 começou a ser usado o transístor em próteses.

Em 1970 aparecem as primeiras tentativas de implantação coclear. Esse tipo de implante sempre gerou muita controvérsia nas comunidades surdas em todo o mundo. Os argumentos a favor do implante resumem-se ao acesso à língua oral, na idade crítica de aquisição, que a cirurgia é simples e segura e com a possibilidade de proporcionar à criança de ter uma vida social com som, e não com deficiência. No entanto, a comunidade surda, como um todo, é contra a implantação coclear em crianças surdas, antes da aquisição da linguagem.<sup>[19][20]</sup> Pensa a comunidade que obrigar a criança surda a ser ouvinte, mesmo não sendo, influencia outros a

negligenciar necessidades e meios de apoio à deficiência. Muitos médicos recomendam que o implante coclear seja acompanhado com a língua gestual, especialmente nos primeiros anos da criança, a fim de assegurar o pleno desenvolvimento cognitivo da criança. Segundo fontes médicas, os riscos do implante coclear incluem: infecção, vertigem, estimulação retardada, forte exposição a campos magnéticos, necessidade de acompanhamento médico por toda a vida.

### **Segunda Guerra Mundial**

Em 1920, antes da chegada dos nazistas ao poder, surgiu nos EUA e na Alemanha um movimento da comunidade médica, com apoio das sociedades em questão, em prol da esterilização de doentes mentais e psicopatas criminosos (na Alemanha este movimento ficou conhecido como *higiene racial*). Em 1933, com a chegada dos nazis ao poder, este movimento teve suporte político. Nesse mesmo ano, na Alemanha, foi aprovada uma lei para esterilizar as pessoas que possuíam doenças genéticas transmissíveis, incluindo a surdez.<sup>[23][24]</sup>

Na época, Berlim continha cerca de vinte e cinco comunidades de Surdos.

Em Junho de 1933, o jornal alemão mencionou o primeiro Surdo a pertencer às S.A. e uma unidade militar composta dos Surdos; um ano mais tarde, esta unidade foi dissolvida, sob pretexto de que o grupo não reunia o perfil da imagem do nazismo ideal.

Entretanto, os Surdos começaram a perder os seus direitos:

- os programas recreativos para surdos foram extintos;
- crianças surdas foram expulsas das escolas e denunciadas às autoridades;
- gradualmente, as escolas de Surdos foram encerradas e convertidas em hospitais militares.

Dados comprovam que, em 1937, 95% das crianças surdas pertenciam à juventude hitleriana, tendo a letra **G** (em alemão, inicial de *gehoerlosan*) marcada no ombro do casaco.

Posteriormente, assim que começou a guerra, a Alemanha passou da esterilização para a eutanásia, tanto por razões económicas, como por razões ideológicas. Em 1941, era comum o uso de eutanásia nos hospitais, onde eram mortos bebés com

deficiência, incluindo surdos. Posteriormente, tornou-se comum a prática do aborto, que era aplicada quando se suspeitava que os fetos poderiam ter deficiências congênitas, ou qualquer tipo de doença, como no caso da surdez.

Poucos surdos escaparam, sobrevivendo em guetos e nos campos de concentração na Alemanha, Polónia e Hungria.

### Principais momentos históricos da Educação de Surdos

No século XV Não havia escolas especializadas para surdos.

Pessoas ouvintes tentaram ensinar os surdos. O atendimento escolar especial as pessoas deficientes, teve seu início no Brasil no século XIX na década de cinquenta.

A primeira escola de surdos no Brasil foi criada pela Lei nº 839, de 26 de setembro de 1857, por Dom Pedro II, no Rio de Janeiro.

Século XVI - Giralamo Cardamo, italiano que utilizava sinas e linguagem escrita.

- Pedro Ponce de Leon, um monge espanhol utilizava além de sinais, treinamento da voz e leitura dos lábios. Nascido em data indeterminada e tendo vivido até 1584, Ponce tinha por objetivo ensinar os surdos a ler e escrever. Era herbólogo e também manipulava alguns remédios a base de ervas com o intuito de “curar” e fazer falar os surdos.

- Girolamo Cardano (1501-1576) era médico filósofo que reconhecia a habilidade do surdo para a razão, afirmava que “... a surdez e mudez não é o impedimento para aprender e o meio melhor é através da escrita... e é um crime não instruir um surdo-mudo.” Ele utilizava a língua de sinais e escrita com os surdos.

Século XVII

-Surge a Língua de Sinais utilizada por Abade L’Epée na educação dos surdos. Ele inaugurou a primeira escola para surdos. Em 1760, na França, o abade L’Epée (Charles Michel de L’Epée:1712 -1789) iniciou o trabalho de instrução formal com duas surdas a partir da Língua de Sinais que se falava pelas ruas de Paris utilizando para esse fim além da Língua de Sinais, a datilologia (alfabeto manual) e sinais

criados artificialmente, obtendo grande êxito, sendo que a partir dessa época a metodologia por ele desenvolvida tornou-se conhecida e respeitada, assumida pelo então Instituto de Surdos e Mudos (atual Instituto Nacional de Jovens Surdos) em Paris como o caminho correto para a educação dos seus alunos.

Século XVIII Na Europa usavam-se duas modalidades de ensino:

- Gestualismo – método alemão.

- Oralismo – método Frances. A grande maioria dos surdos defendia o Gestualismo enquanto que apenas os ouvintes apoiavam o oralismo – por exemplo, Bell, nos EUA, fazia campanha a favor deste método, entre muitos outros professores, médicos, etc.

Em resultado da evolução nos campos da tecnologia e da ciência, no século XX, particularmente no campo da surdez, a educação dos surdos passou a ser dominada pelo oralismo (que encara a surdez como algo que pode ser corrigido). No entanto, sem a cura da surdez os insucessos do oralismo começaram a ser evidenciados, pois os surdos educados neste método não conseguiam um emprego, comunicar com ouvintes desconhecidos ou manter uma conversa fluída.

1857 – Brasil

Fundada a primeira escola para surdos no Brasil pelo surdo francês Ernest Huet. Hoje esta escola tornou - se Instituto de Educação de Surdos- o INES. O dia do surdo é comemorado no dia 26 de setembro, homenagem à inauguração da primeira escola de surdos do Brasil em 1857, o INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos). O filho de Thomas Hopkins Gallaudet, Edward Miner Gallaudet, ajudou a iniciar a Columbia Institution for the Deaf and Blind, em Washington, DC, que mais tarde se tornou Gallaudet University. A Gallaudet University é a primeira instituição mundial de ensino superior para Surdos. Em meados do século havia mais de cento e cinquenta escolas europeias e vinte e seis nos EUA que utilizavam a língua gestual nas aulas. Neste país, um terço dos professores de surdos eram surdos.

1880- Clímax da historia de surdos Congresso Internacional de

Professores de Surdos – Milão Duelos polêmicos= língua de sinais x oralismo

Temas:

- Os sujeitos surdos ficam subjugados às práticas ouvintistas.
- Tempo de instrução.
- Número de alunos por classe.
- Trabalhos mais apropriados aos surdos.
- Enfermidades, medidas curativas e preventivas. Turbulência na educação dos surdos. Surgiu o Congresso Internacional de Surdo-Mudez, em Milão – Itália, onde o método oral foi votado o mais adequado a ser adotado pelas escolas de surdos e a língua gestual foi proibida oficialmente alegando que a mesma destruía a capacidade da fala dos surdos, também argumentando que os surdos são “preguiçosos” para falar, preferindo a usar a língua de sinais.

11 de setembro 1890

Votação – na Europa Língua de sinais X oralismo

Oralismo X misto - Sujeitos surdos excluídos da votação. Na ocasião de votação, durante a assembleia geral realizada no congresso, todos os professores surdos foram proibidos de votar e excluídos. Dos 164 representantes presentes ouvintes, apenas 5 dos Estados Unidos votaram contra o oralismo puro. Estas recomendações foram aceites pelas delegações alemã, italiana, francesa, inglesa, sueca e belga. Só o grupo americano, liderado por Edward Miner Gallaudet (1837-1917), se opõe. Dos 255 participantes, só três eram surdos. O método oral torna-se indiscutível.

Resultados

Históricos - antes do congresso os povos surdos não tinham problemas com educação. Sujeitos surdos dominavam a arte e a escrita.

Depois do Congresso – Professores surdos perderam seus empregos e as línguas de sinais foram forçadamente substituídas por métodos orais. Qualidade da educação dos surdos diminuiu devido a predominância do oralismo puro na forma de ouvitismo. No oralismo existe exaustivo treinamento auditivo. E desenvolvimento da fala associada à leitura labial. Qualidade da educação dos surdos diminuiu devido a predominância do oralismo puro na forma de ouvitismo. No oralismo existe exaustivo treinamento auditivo. E desenvolvimento da fala associada à leitura labial.

### BRASIL

Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - é um sistema linguístico legítimo e natural, utilizado pela comunidade surda brasileira, de modalidade gestual-visual e com estrutura gramatical independente da Língua portuguesa falada no Brasil. Em 1856, o conde francês Ernest Huet desembarcou na capital fluminense com o alfabeto manual francês e alguns sinais. O material trazido pelo conde, que era surdo, deu origem à Língua Brasileira de Sinais (Libras).

A LIBRAS possibilita o desenvolvimento linguístico, social e intelectual daquele que a utiliza enquanto instrumento comunicativo, favorecendo seu acesso ao conhecimento cultural-científico, bem como a integração no grupo social ao qual pertence. Graças à luta sistemática e persistente das pessoas com deficiência auditiva, foi reconhecida pela Nação brasileira como a Língua Oficial da Pessoa Surda, com a publicação da Lei nº 10.436, de 24/04/2002 e a Lei nº 10.098, de 19/12/2002.

## 2- CULTURA SURDA

Os **surdos**, por norma são utilizadores de uma comunicação espaço-visual, como principal meio de conhecer o mundo em substituição à audição e à fala, e podem ter ainda uma **cultura** característica.

Alguns fatores podem afetar o processo de aprendizagem de pessoas surdas, como por exemplo: o período em que os pais reconhecem a perda auditiva, o envolvimento dos pais na educação das crianças, os problemas físicos associados, os encaminhamentos feitos, o tipo de atendimento realizado, entre outros.

Embora os aspectos médico, individual e familiar ampliem o universo de análise sobre o fenómeno, nos chama a atenção para a necessidade de vê-los sob uma perspectiva sócio-cultural.

O surdo difere do ouvinte, não apenas porque não ouve, mas porque desenvolve potencialidades psico-culturais próprias. Somos todos pessoas diferentes.

No Brasil os surdos desenvolveram a LIBRAS com influência da língua de sinais francesa, portanto, elas não são universais; cada país, ou comunidade de surdos possui sua própria língua de sinais.<sup>[1]</sup> Em Portugal, por exemplo, existe a LGP. Em Angola, os surdos locais desenvolveram a Língua Gestual Angolana (LGA), também largamente designada por Língua Angolana de Sinais (LAS). Já outros, por viverem isolados ou em locais onde não exista uma comunidade surda, apenas se comunicam por gestos mímicos.

Existem também surdos que, por escolha dos pais ou opção pessoal, preferem utilizar uma língua oral.

### **Progresso na cultura surda**

---

Ao longo dos anos, as pesquisas interdisciplinares sobre surdez e sobre as línguas de sinais, realizadas no Brasil e em outros países, tem contribuído para a modificação gradual da visão dos surdos, compartilhada pela sociedade ouvinte em geral.

Esses estudos têm classificado os surdos em duas categorias:

- Os portadores de surdez patológica, normalmente adquirida em idade adulta;
- E aqueles cuja surdez é um traço fisiológico distintivo, não implicando, necessariamente, em deficiência neurológica ou mental; este é o caso da maioria dos surdos congênitos.

Em alguns casos, apesar do bloqueio auditivo, o seu domínio da língua oral pode se equiparar aos ouvintes, através do uso da leitura labial, o uso de aparelhos, implantes auditivos e acompanhamento fonoaudiológico.

No caso de surdos que dominem apenas a língua de sinais, o fato de integrarem um grupo linguístico-cultural distinto da maioria linguística do seu país de origem, equipara-os a imigrantes estrangeiros. Porém, o fato de não disporem do meio de recepção da língua oral, pela audição, coloca-os em desvantagem em relação aos imigrantes, com respeito ao aprendizado e desenvolvimento da fluência nessa língua. Essa situação justifica a necessidade da mediação dos intérpretes em um vasto número de contextos e situações do cotidiano dessas pessoas. Ainda que faça uso da leitura labial, o surdo sinalizado pode ter dificuldades de compreender a língua oral, visto que, essa técnica o habilita, quando muito, a perceber apenas os aspectos articulatórios da fonologia da língua. Daí sua enorme necessidade da mediação do intérprete de língua de sinais.

No Brasil, existem pelo menos duas situações em que a lei confere ao surdo o direito a intérprete de LIBRAS:

- nos depoimentos e julgamentos de surdos (área penal);
- e no processo de inclusão de educando os surdos nas classes de ensino regular (área educacional).

Devido às constantes modificações e progresso neste campo, nas concepções de ensino de língua de sinais, tem-se dado ênfase ao mecanismo de aprendizado visual do surdo e a sua condição bilíngue-bicultural. Contudo, o surdo é *bilíngue-bicultural* no sentido de que convive diariamente com duas línguas e culturas: a língua de sinais (*cultura surda*) e língua oral (*cultura ouvinte*).

### **Língua natural versus Língua materna**

---

A língua de sinais é o idioma natural dos surdos. Idioma natural, porque ela resulta de um paradigma de inerência, idiossincrático, que é a surdez. A língua de sinais é uma criação natural dos surdos, independentemente do lugar onde estejam radicados. Por outro lado, existe o conceito errático de que a língua de sinais é também a língua materna de qualquer surdo.

Por língua materna entende-se o primeiro idioma da pessoa, absorvendo-o e usando-o na comunicação com os seus próximos. O processo de aquisição da língua ocorre através de um canal (audição, no caso dos ouvintes). O segundo processo é a reprodução dos elementos da língua que a criança absorve, fruto da interação com os pais. Qualquer idioma posterior é uma segunda língua. Portanto, língua materna é a primeira base cognitiva de um indivíduo. Não há duas línguas maternas. A aprendizagem empírica ou científica de uma segunda língua apenas é possível quando já existe uma base cognitiva (quando já existe uma língua).

Segundo Sacks (1998), cerca de 95% das crianças surdas nascem de pais ouvintes.<sup>[2]</sup> Normalmente, é uma língua oral com a qual a criança é abordada pelos pais. Quando se descobre que a criança, afinal, é surda, os pais nada ou quase nada fazem para ensinar-lhe uma língua de sinais, pois normalmente não estão preparados para tal. Neste contexto há duas opções possíveis:

1. comunicar-se com a criança de modo oralizado, ensinando-a a leitura labial e/ou a utilização de aparelhos e implantes auditivos;
2. providenciar que a criança aprenda a língua de sinais local.

Muitos pais preferem optar na oralização da criança surda, de forma a que ela possa se adaptar mais facilmente à sociedade. No entanto, há bastante controvérsia em relação a esta preferência.<sup>[3]</sup> Quando ambos os pais são surdos e utilizam a língua de sinais nas primeiras experiências de aquisição e consolidação comunicativa e desenvolvimento comunicativo da criança surda, está-se perante a língua de sinais como Língua materna. Portanto, a língua de sinais não é necessariamente a língua materna do surdo.

### **Compreendendo o mundo surdo**

---

Por anos, muitas pessoas acham que os surdos não sabem praticamente nada, porque não ouvem nada. Há pais que super protegem seus filhos surdos ou temem integrá-los no mundo dos ouvintes. Outros encaram a língua de sinais como primitiva, ou inferior, à língua falada. Isso faz com que alguns surdos se sintam oprimidos e incompreendidos.

Todos sentem a necessidade de ser entendidos. Aparentes inabilidades podem empanar as verdadeiras habilidades e criatividade do surdo. Em contraste, muitos surdos consideram-se “*capacitados*”. Comunicam-se fluentemente entre si, desenvolvem auto-estima e têm bom desempenho acadêmico, social e espiritual. Infelizmente, os maus-tratos que muitos surdos sofrem levam alguns deles a suspeitar dos ouvintes. Contudo, quando os ouvintes interessam-se sinceramente em entender a **cultura surda** e a língua de sinais natural, e encaram os surdos como pessoas “*capacitadas*”, todos se beneficiam.

### Escutar com os olhos

---

A chave para uma boa comunicação com uma pessoa surda é o claro e apropriado contato visual. É uma necessidade, quando os surdos se comunicam. De fato, quando duas pessoas conversam em língua de sinais é considerado rude desviar o olhar e interromper o contato visual. Em todo o mundo, os surdos expandem seus horizontes usando uma rica língua de sinais.

- Língua: Conjunto do vocabulário de um idioma, e de suas regras gramaticais; idioma. Por exemplo: inglês, português, LIBRAS.
- Linguagem: Capacidade que o homem e alguns animais possuem para se comunicar, expressar seus pensamentos.
- Língua de Sinais ou língua gestual: É a língua dos surdos e que possui a sua própria estrutura e gramática através do canal comunicação visual, a língua de sinais dos surdos urbanos brasileiros é a LIBRAS, em Portugal é a LGP.
- Cultura Surda: Ao longo dos séculos os surdos foram formando uma cultura própria centrada principalmente em sua forma de comunicação. Em quase todas as cidades do mundo vamos encontrar associações de surdos onde eles se reúnem e convivem socialmente.

- Intérprete de Língua de Sinais: Pessoa ouvinte que interpreta para os surdos uma comunicação falada usando a língua de sinais e vice-versa.

### **Bebês de pais surdos**

---

“Assim como os bebês de pais ouvintes começam a balbuciar com cerca de sete meses ... , os bebês de pais surdos começam a ‘balbuciar’ com as mãos imitando a língua de sinais dos pais”, mesmo sendo ouvintes.<sup>[4]</sup>

A professora Laura Petitto, da Universidade McGill, em Montreal, Canadá, é da opinião de que os bebês nascem com sensibilidade a ritmos e padrões característicos a todos os idiomas, incluindo a língua de sinais. Ela disse que os bebês ouvintes que têm *“pais surdos que sabem sinalizar, gesticulam de maneira diferente, seguindo um padrão rítmico específico, distinto de outros movimentos com as mãos. . . . É um balbucio, mas com as mãos”*. Os bebês expostos à língua de sinais produziram dois tipos de movimento com as mãos, ao passo que os que conviviam com pais ouvintes produziram apenas um tipo. Os pesquisadores usaram um sistema de rastreamento de posição para registrar os movimentos das mãos dos bebês na idade de 6, 10 e 12 meses.

Os surdos são pessoas que têm os mesmos direitos, os mesmos sentimentos, os mesmos receios, os mesmos sonhos, assim como todos

### 3- CAUSAS DA SURDEZ

#### Causas da perda auditiva

Problemas como diabetes e até osteoporose contribuem para a surdez se instaurar - saiba mais

De diabete a osteoporose, a surdez pode ser consequência de vários problemas

---

A **audição** é um dos fenômenos mais delicados do corpo humano. Conversar ou ouvir os Beatles depende dos nossos menores ossos e de 30 mil microsensores com formato de pelinhos, movidos por um líquido armazenado em uma estrutura que lembra um caracol.

Eles é que guiam as ondas sonoras até virarem mensagens lidas pelo cérebro. O avançar dos anos enferruja essa orquestra, mas o fato é que várias condições podem sabotá-la. O curioso é que muitas delas não têm (aparentemente) nada a ver com as orelhas.

#### 1. Obesidade

O prejuízo auditivo engordou a coleção de problemas relacionados à obesidade. Pesquisadores da Universidade Colúmbia, nos Estados Unidos, observaram, em um levantamento com 1500 adolescentes, que 15% dos jovens acima do peso sofriam com algum grau de perda de audição, o dobro do que foi visto na garotada em forma. Embora ainda não haja uma explicação definitiva sobre esse elo, o otorrino e líder do estudo, Anil Lalwani, destaca uma hipótese: o baixo nível de adiponectina entre os obesos.

Essa substância tem efeito anti-inflamatório e ajudaria a resguardar os vasinhos nas redondezas do ouvido. O impacto dos quilos extras na audição também foi apontado em outra megapesquisa americana. Ao cruzar os dados de 68 mil enfermeiras acompanhadas por ano, verificou-se que a probabilidade de ter um déficit auditivo era 22% maior entre as gordinhas.

E há uma coincidência: os sons começaram a sumir justamente quando o peso saiu de controle. “O primeiro sinal do sofrimento das células ciliadas do ouvido é o zumbido. Se a agressão continuar, vem a perda auditiva pra valer”, avisa Castilho. Ao que parece, uma das formas de minimizar essa agressão é eliminar os quilos a mais.

### **2. Micróbios**

Vírus, bactérias e fungos, ávidos visitantes do corpo humano, não poupam os ouvidos. Eles têm até um atalho para chegar lá. Entre a orelha e a garganta, há um pequeno tubo, a trompa de Eustáquio, que drena líquidos e mantém a pressão no ouvido numa boa. Ela abre e fecha sozinha, mas às vezes fica bloqueada – é isso que gera aquela sensação incômoda dentro do avião, por exemplo. Só que esse caminho pode ser interditado pelo acúmulo de muco e pus nas vias respiratórias, quadro comum em infecções como a gripe.

Se isso ocorre, os fluidos se acumulam no ouvido. Sem aquela drenagem, os micróbios, sobretudo as bactérias, se multiplicam e dominam o pedaço – é a otite. Com o ouvido parcialmente bloqueado, você deixa de ouvir cerca de 24 decibéis, o que equivale a viver com fones na orelha. Se a infecção piorar, a perda pode chegar a 48 decibéis e já há dificuldade pra pegar uma conversa. O drama é que os invasores podem viajar até a cóclea e danificar cílios e nervos.

“E aí é uma via de mão dupla”, diz o médico Sady Selaimen da Costa, presidente da Associação Brasileira de Otorrinolaringologia e Cirurgia Cérvico-Facial. Por isso, déficits auditivos em meio a perrengues nas vias aéreas cobram o olhar do otorrino. E situações como meningite e HIV despertam alerta máximo pelo seu potencial de retaliações no ouvido.

### **3. Diabetes**

Excesso de açúcar na corrente sanguínea é sinônimo de encrenca para os pequenos vasos que têm de abastecer as estruturas do ouvido. “As células ciliadas [*os pelinhos que ficam na cóclea*] são muito sensíveis. Por causa disso, alterações como o aumento ou a carência de glicose na circulação podem atrapalhar seu funcionamento”, ensina Castilho.

Ora, é por meio do sangue que as células de cada canto do organismo são alimentadas e protegidas. Se o plasma fica viscoso demais, como costuma ocorrer na diabetes fora de controle, o fornecimento a áreas mais delicadas fica comprometido e os vasinhos podem sofrer lesões. Isso explica por que 90% dos diabéticos do tipo 1 e 60% dos portadores do tipo 2 desenvolvem problemas de visão, como a retinopatia.

No ouvido, a situação é bem parecida, e, não é à toa, a Associação Americana de Diabetes estima que pessoas com a doença tenham uma propensão duas vezes maior de desenvolver deficiência auditiva. Mesmo quem tem pré-diabetes não escapa desse risco: dificuldades para ouvir são 30% mais comuns em quem vive com a glicemia entre 100 e 125 mg/dl. Diante das evidências, o recado é ficar de olho nos níveis de glicose e, com tratamento adequado e mudanças de hábito, frear o diabetes para ouvir bem a vida inteira.

#### **4. Pressão alta**

Apesar de ficar dentro da cabeça, ao lado do cérebro, o ouvido interno é um órgão relativamente isolado. E sua irrigação até que depende de poucas artérias. Não precisa de muito estrago, portanto, pra haver algum enrosco na captação dos sons. Além do diabetes e do excesso de peso, os vasos sofrem quando a hipertensão aparece. Em médio e longo prazo, ela corrompe o fluxo sanguíneo para o ouvido.

“E, tendo menos circulação nessa área, o indivíduo vai perder a audição aos poucos”, alerta Ricardo Bento. Para prevenir a fuga da audição, a pressão tem de ser domada – o ideal é que ela fique abaixo de 140 por 90 mmHG.

Cuidar da dieta, maneirando no sódio e na gordura, praticar atividade física e dormir direito são alguns dos pilares do controle, que ainda exige, se o médico julgar necessário, o uso de remédios. Não dá pra se descuidar por outra razão. “Em geral, um hipertenso não é só hipertenso”, afirma o otorrino Selaimen da Costa, que também é professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em outras palavras, é comum que a pressão alta venha acompanhada de barriga, diabetes... Aí já viu: temos um combo de fatores afetando a saúde auditiva. Quer

goste, quer não, verdade é que o estilo de vida saudável é crucial para debelar esse trio. Convém dar ouvidos a isso.

### 5. Osteoporose

Um estudo de Taiwan que acaba de ser publicado no *periódico Journal of Clinical Endocrinology & Metabolism* cruzou prontuários médicos de mais de 10 mil cidadãos diagnosticados com osteoporose e constatou que, em comparação com pessoas livres do problema, a presença do distúrbio está associada a um risco 76% maior de surdez. O ouvido dispõe de três ossinhos: o martelo, a bigorna e o estribo.

E é natural que a gente pense que o seu enfraquecimento tenha algo a ver com o achado. No entanto, nada é tão simples quanto parece. Os cientistas creem que, mesmo fragilizados, tais ossos continuam cumprindo seu papel. Eles apostam, na verdade, que são problemas vasculares comuns às duas condições que ligariam uma coisa à outra. Além disso, não dá pra descartar o duplo impacto da idade nessa história.

#### 4- GRAUS DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA

##### Os graus da perda auditiva podem variar de pessoa para pessoa

---

Entre os dois extremos "ouvir bem" e "não ouvir nada", há muitos graus de diminuição de capacidade auditiva. Os termos usados para descrever o grau de **perda auditiva** são: leve, moderada, severa e profunda. A maior parte se trata de "leve a moderada".

##### Como é feito o diagnóstico da perda auditiva?

**Perda Auditiva:** O diagnóstico é feito normalmente por meio de um exame chamado audiometria. Com objetivo avaliar a capacidade do paciente para ouvir e interpretar sons, ele ajuda a identificar possíveis alterações auditivas e permite orientar o paciente sobre as medidas preventivas ou tratamentos mais adequados para cada caso.

O exame deve ser realizado por um fonoaudiólogo devidamente habilitado, pois, esse profissional consegue diagnosticar qualquer anormalidade, medir a intensidade e verificar qual o tipo de **perda auditiva** pode ter afetado o paciente. A audiometria é um exame preventivo e bastante recomendado para diagnósticos.

##### O que significa o grau de perda auditiva?

O grau da **perda auditiva** varia de pessoa para pessoa. Todos os tipos de **perda auditiva** são classificados em graus: leve, moderado, severo ou profundo. Leve a

moderado são os graus mais comuns de **perda auditiva**. As perdas auditivas condutivas são raras nos graus severos e profundos.

Pessoas que ouvem em torno de 20 decibéis têm audição considerada normal. A partir daí, são definidos alguns **graus de perda auditiva**:

**Não deixe sua saúde auditiva para depois. Teste um aparelho auditivo totalmente Grátis este mês na Direito de Ouvir!**

Número de testes limitado a 250 por mês, restam 66.

Nome  Email

Solicitar um contato

**NORMAL (0 A 20 dB)** – Ouve todos os sons normalmente

**LEVE (21 A 40 dB)** – Quando uma pessoa tem incapacidade de ouvir sons suaves e dificuldade para entender a fala e alguns sons como o canto dos passarinhos, principalmente em locais com muito ruído

**MODERADA (41 A 70 dB)** – Neste caso, há dificuldade para ouvir o latir do cachorro, bebê chorando, aspirador de pó e outros ruídos mais altos e incapacidade de compreender a fala

**SEVERA (71 A 90 dB)** – Pessoas com este tipo de **perda auditiva** não conseguem ouvir o o toque do telefone, compreender a fala, por exemplo

**PROFUNDA (> 91 dB)** – Já as pessoas com **perda auditiva** profunda não ouvem sons considerados muito altos como uma máquina de cortar grama, um caminhão, a turbina de um avião. Alguns sons extremamente altos são audíveis, mas a comunicação sem o aparelho auditivo é impossível.

## Como a perda auditiva pode afetar a vida de uma pessoa?

A perda da audição afeta a vida de uma pessoa de diversas formas. Se ela é adulta, o principal ponto a ser comprometido é a comunicação. A pessoa com **perda auditiva** tem dificuldade de interagir com outras pessoas e, normalmente, acaba se isolando. Por que ir a uma reunião familiar se ela não entende o que as pessoas ou dizem ou se até mesmo é alvo de brincadeiras ou chacotas?

Por isso a perda também está muito relacionada a casos de depressão. Quem tem **perda auditiva** também tem mais chance de desenvolver demências e Alzheimer – uma pesquisa desenvolvida na Faculdade de Medicina Johns Hopkins, dos Estados Unidos, mostrou, por exemplo, que a cada dez decibéis perdidos de audição, os riscos de demência aumentam 27%. Saiba mais!

No caso das crianças, a **deficiência auditiva** pode provocar atrasos no desempenho escolar e também no desenvolvimento da linguagem – na maioria dos casos, para aprender a falar a criança precisa ouvir. E, de uma maneira geral, a audição tem um papel importante para a segurança. Na rua, ela nos alerta sobre a vinda de um carro, um ônibus. Dentro de casa, pode ser uma sirene de incêndio. Quem não ouve não tem esse “alarme natural”.

## Como é realizado o tratamento da perda auditiva?

O tratamento para a **perda auditiva** depende da causa. Se a surdez for provocada por problemas na membrana do tímpano, por exemplo, pode ser necessária uma cirurgia. Caso ela seja provocada por uma obstrução causada pela cera compactada, uma limpeza feita por um otorrinolaringologista pode ser suficiente.

Se a **perda auditiva** for causada pelo envelhecimento natural – a chamada presbiacusia – entram os aparelhos auditivos. Pouco a pouco, o preconceito sobre estes dispositivos têm diminuído. Cada vez menores e mais

potentes, eles atendem diversos tipos e graus de **perda auditiva**. E ainda tem funções impressionantes: há aparelhos no mercado que “sincronizam” com celulares, tablets e TVs. É possível, por exemplo, ouvir música ou atender o telefone direto pelo aparelho auditivo.

## **5- A COMUNICAÇÃO**

Segundo Quadros (2006), a linguagem é um sistema de comunicação natural ou artificial, humano ou não, assim, linguagem pode ser compreendida como qualquer forma utilizada com algum tipo de intenção comunicativa incluindo a própria língua.

A comunicação é, sem dúvida, o eixo da vida do indivíduo, em todas as suas manifestações como ser social. É oportuno, pois, reconhecer a necessidade de novos estudos que sirvam de suporte a métodos educacionais e ofereçam à comunidade surda melhores condições e de exercerem seus direitos e deveres de cidadania. (Fernandes, 2000, p.49).

Deste modo, a fim de que os surdos pudessem se comunicar melhor com o mundo, com o passar dos tempos foram desenvolvidos alguns meios para facilitar a comunicação, como os aparelhos auditivos, técnica de leitura labial, oralismo, bilingüismo, comunicação total e o método da língua de sinais.

### **Língua Brasileira de Sinais - Libras**

Libras é a sigla da Língua Brasileira de Sinais, usada pelos sujeitos surdos e comunidades envolvidas, como pais, intérpretes, é a língua dos surdos fundamentada pela Lei Federal nº. 10.436, de 24 de abril de 2002 e regulamentada pelo decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

As línguas de sinais apresentam-se de forma diferente das línguas orais-auditivas. São línguas espaços-visuais, ou seja, sua realização não é estabelecida através do canal oral-auditivo, mas por meio da visão e da utilização do espaço, articulada através das mãos, das expressões faciais e do corpo. As Línguas de sinais, ao contrário do imaginário de muitos, não são simplesmente mímicas e gestos soltos que os surdos utilizam para se comunicarem. São línguas com estruturas gramaticais próprias, assim como as demais línguas. (Quadros, 1997).

A aquisição da LIBRAS desde a mais tenra idade possibilita às crianças surdas maior rapidez e naturalidade na exposição de seus sentimentos, desejos e necessidades. Possibilita a estruturação do pensamento e da cognição e ainda uma interação social, ativando conseqüentemente o desenvolvimento da linguagem. (Brasil, 2006, p. 28).

### **Comunicação Total**

Nos anos 80, professores de surdos iniciaram os estudo e aplicação da Comunicação total, onde é necessário falar e sinalizar ao mesmo tempo. A comunicação total é uma filosofia que defende a utilização de toda e qualquer forma de comunicação com a criança surda, incluindo a fala, leitura orofacial, treinamento auditivo, a mímica, a leitura, a escrita e os sinais. Sendo estes, considerados como facilitadores de comunicação com as pessoas surdas, privilegiando a comunicação e interação das línguas, tanto orais quanto sinalizadas. (Martins, 2012).

### **Oralismo**

O oralismo trata-se de um método de ensino da língua materna através da imposição da oralização nos processos de aprendizagem dos surdos, onde se defende que a maneira mais eficaz de ensinar o surdo é através da língua oral ou falada. Segundo Goldfield (1997) o oralismo, também chamado de filosofia oralista, visa na integração da criança com surdez na comunidade de ouvintes, dando-lhe condições de desenvolver a língua oral, no caso do Brasil, o português. Na visão de Goés (1999, p.40):

O oralismo, nas suas diversas configurações, passou a ser amplamente criticado pelo fracasso em oferecer condições efetivas para a educação e o desenvolvimento da pessoa surda. Entre as muitas críticas, aponta-se o fato de que, embora pretenda propiciar a aquisição da linguagem oral como forma de integração, esse trabalho educacional acentua, ao invés de eliminar a desigualdade entre surdos e ouvintes quanto às oportunidades de desenvolvimento. Dificulta ganhos nas esferas lingüística e cognitiva por exigir do surdo a incorporação da linguagem exclusivamente numa modalidade à qual este não pode ter acesso natural. E, na

tentativa de impor o meio oral, interditando formas de comunicação visual-gestual, reduz as possibilidades de trocas sociais, somando, assim, obstáculos à integração pretendida.

Existem muitos casos de sucesso entre surdos que foram submetidos à oralização. Porém, para Pfeifer (2003) a oralização não funciona na mesma medida em que é bem-sucedida, ou seja, há um fracasso para cada sucesso.

### **Bilingüismo**

O Bilingüismo é caracterizado pelo aprendizado de duas línguas, é a aquisição da língua de sinais, que é considerada a língua natural dos surdos, como língua materna e como uma segunda língua, a língua oral utilizada em seu país.

De acordo com Quadros (1997), o Bilingüismo é uma proposta de ensino onde as escolas se propõem a tornar acessível à criança as duas línguas no contexto escolar. Estudos apontam para essa proposta como sendo a mais adequada para o ensino das crianças surdas, uma vez que, considera a língua de sinais como sendo natural e parte desse pressuposto para a instrução da língua escrita.

As propostas educacionais do Bilingüismo começaram a se estruturar a partir do Decreto 5.626/05 que regulamentou a lei de Libras. Este Decreto prevê a organização de turmas bilíngües, compostas de alunos surdos e ouvintes, onde as duas línguas, Libras e Língua Portuguesa são utilizadas no mesmo espaço educacional, onde alunos surdos têm como primeira língua a Libras e a segunda a Língua Portuguesa na modalidade escrita.

A proposta bilíngüe traz uma grande contribuição para o desenvolvimento da criança surda ao reconhecer a LIBRAS como uma língua, com todo o potencial expressivo de uma língua oral e como instrumento de fortalecimento de estruturas lingüísticas. O bilingüismo favorece o desenvolvimento cognitivo, alarga horizonte e amplia o pensamento criativo da criança surda. Ao abordar a questão da “cultura surda”, a proposta bilíngüe chama atenção para o aspecto da identificação da criança com seus pares, que lhe possibilita e permite construir a compreensão da sua “diferença”, e, assim, de sua própria identidade. (Brasil, 2006, p.7).

Assim sendo, independente de serem oralizadas ou sinalizadas, o ideal é fazer escolhas que permitam a pessoa surda ser natural em sua comunicação. Assim, o que importa realmente é oferecer uma educação que possibilite o desenvolvimento integral do indivíduo, a fim de que, desenvolva todas as suas potencialidades.

### **Relações sociais**

Os seres humanos não conseguem viver de maneira isolada, são seres dependentes das relações humanas. Para a Sociologia, a comunicação tem como papel a transmissão de significados, objetivando a integração das pessoas na sociedade, ou seja, objetivando as relações sociais.

O ser humano tem a necessidade constante de relacionar-se com o mundo, e para isso, utiliza a comunicação como mediadora das relações sociais, pois ela possibilita o entendimento e a participação de todos os indivíduos, por meio de códigos de linguagem. Na visão de Cohn (1997, p.30)

A relação social diz respeito à conduta de múltiplos agentes que se orientam reciprocamente em conformidade com um conteúdo específico do próprio sentido das suas ações. Na ação social, a conduta do agente está orientada significativamente pela conduta de outro ou outros, ao passo que na relação social a conduta de cada qual entre múltiplos agentes envolvidos (que tanto podem ser apenas dois e em presença direta quanto um grande número e sem contato direto entre si no momento da ação) orienta-se por um conteúdo de sentido reciprocamente compartilhado.

Surdos e ouvintes são atores sociais que estão, constantemente, interagindo uns com os outros em contextos culturais e sociais. É através das relações sociais que as pessoas tomam conhecimento das regras de conduta necessárias para viver em sociedade. Na interação social, percebemos outras pessoas e situações sociais e, baseando-nos nelas, elaboramos idéias sobre o que é esperado e os valores e crenças e atitudes que a ela se aplicam (Johnson, 1997, p. 131).

Assim, as relações sociais entre surdos e ouvintes poderão gerar dificuldades de entendimento, uma vez que ambos são usuários de diferentes línguas, e também

por que fazem “leituras diferentes do mundo: os surdos fazem uma leitura visual, ao passo que os ouvintes guiam-se muito mais pela audição. Contudo o respeito deve se fazer presente em todas as relações, tanto entre os sujeitos surdos quanto entre os sujeitos ouvintes.

### **A surdez como identidade étnico-lingüística**

Segundo Figueiredo (2009), as relações que existem em família de pessoas surdas diferem substancialmente de uma sociedade ouvinte sendo esta uma das evidencias que faz com que a comunidade surda se constitua quase como se fosse um grupo étnico. É o fator cultural, e não o familiar consangüíneo, que forma uma relação social surda autêntica.

Esta é uma questão interessante: O grupo das pessoas surdas poderia ser considerado como um grupo étnico?”. A etnia é definida, geralmente, através de duas dimensões principais: raça e língua. No caso das pessoas surdas, a língua é uma importante categoria definidora. “As pessoas surdas são vistas como um grupo físico diferente, isto é, como se fosse uma raça diferente, ou seja, elas se tornam racializadas através da língua – de sinais – diferente que utilizam. A definição da identidade étnica é dependente de um processo em que entra em conflito a forma como um grupo dominante define a etnia e a forma como um grupo étnico se define a si próprio. (Sá, 2006, p.4).

Por muito tempo não se concebia ao surdo o seu desenvolvimento social, emocional, intelectual, lingüístico e laboral sem a aquisição da fala e da audição. Imposto de maneira rígida pelos princípios de medicalização, reabilitação, o falar e o ouvir marcaram a identidade dos surdos de uma maneira negativa, pois num grupo de pessoas ouvintes os surdos não eram envolvidos de forma plena, principalmente nos episódios de convívio lingüísticos. Ao passo que, num núcleo com surdo, a degradação da língua de sinais gerou a falta de imersão da mesma, o que não permitia a identificação e convívio entre seus pares. (lesde, 2010)

Nesse contexto o sujeito surdo não tinha uma colocação: nem no meio ouvinte nem no meio surdo. Foi por meio de congressos, palestras, pesquisas e movimentos

direcionados a causa da surdez que os surdos foram impulsionados a se apresentarem na sociedade simplesmente como surdos, sem que, para existir essa colocação, precisassem falar e ouvir como os ouvintes, surgindo, assim, a identidade surda.

Foram mais de cem anos de práticas eneguecidas pela tentativa de correção, normalização e pela violência institucional, que negavam a existência da comunidade surda, da língua de sinais, das identidades surdas e das experiências visuais, que determinam o conjunto de diferenças dos surdos em relação a qualquer outro grupo de sujeitos. (Skliar, 2001, p.1)

Ainda sob a ótica de Skliar (1998), o surdo é um ser sociolingüístico diferente, que pertence a uma comunidade lingüística minoritária, caracterizada por compartilhar o uso da Língua de Sinais e de valores culturais, hábitos e modos de socialização.

Assim, Santiago et al (2013) ressalta que a participação social do surdo começa na família e passa, necessariamente, pela garantia de convívio num espaço onde não haja repressão de sua condição de surdo, onde possa se expressar da maneira que mais lhe satisfaça, conservando situações prazerosas de comunicação e convívio social, pressupondo o respeito e o conhecimento de sua singularidade refletida no direito de comunicação, por meio da língua de sinais.

Segundo Figueiredo (2009), dentro da sociedade de ouvintes, os surdos construíram uma comunidade própria, com sua cultura, sua língua e tentam se estabelecer como uma etnia, ou seja, um grupo minoritário para, dessa forma, serem aceitos numa visão multicultural, ou seja, um lugar de direitos coletivos para a determinação própria do grupo.

Neste sentido, o que define a comunidade surda como minoria, ou mesmo como uma etnia, é a língua, no entanto não só a língua, mas, a qualidade de interagir visualmente no mundo, desenvolvendo questões identitárias e uma cultura diferente indissociável da sua língua.

### **Considerações finais**

Como trata o dito popular “o pior cego é aquele que não quer ver e o pior surdo é aquele que não quer escutar” consideramos que, as relações sociais entre surdos e não-surdos travam-se num debate da não percepção do outro. Ou seja, a ignorância sobre a língua dos sinais e da expressão corporal do outro faz com que os sujeitos não-surdos deixem de perceber a comunicação que está ao seu lado, a sua frente, ao seu cotidiano.

Somos sujeitos expressivos, alguns até demais, mas não entendemos e muitas vezes não sabemos nos comunicar gestualmente. Parece estranho, porém é uma realidade. Desde pequenos brincamos nos expressando, muitas vezes sem som, sem oratória, nos comunicamos em lugares públicos por gestos, nos divertimos, jogamos e trabalhamos nos comunicando pela expressão corporal, pelo olhar, pelas mãos, pela linguagem que o corpo nos oferece.

Parece estranho, mas quando nos deparamos com um surdo não sabemos o que fazer. Seria o simples fato de não entender a Língua Brasileira dos Sinais? Ou teríamos certo comodismo em relação a leitura das expressões corporais? Seria um descaso com o outro? Perguntas que deveríamos nos fazer antes de começar um curso de Libras.

A falta de políticas públicas pela segunda língua, ou talvez, poderíamos dizer uma língua paralela, faz com que a sociedade ignore a importância de se comunicar em sua mais diversa possibilidade. Vemos a crescente interferência das tecnologias, em especial, as altas tecnologias nas comunicações, mas também percebemos que apesar da facilidade de se comunicar, há uma crescente dificuldade de entender o outro. Assim se faz na comunicação por sinais, através da Libras, na qual muitos não entendem a importância da percepção e do respeito para as particularidades do outro. Não basta só comunicar, é preciso perceber a interpretação e compreensão do outro.

Se os escolares desde quando fossem alfabetizados, fossem letrados em Libras teríamos uma contribuição social a ponto de melhorar o entendimento entre as pessoas. Sendo que, a formação em Libras traz um profundo entendimento da comunicação, da leitura de mundo do outro, da percepção da expressão corporal e

sentimental do comunicador e um olhar diferenciado de quem é comunicado. Parece que, a Libras traz um envolvimento humano maior do que a alfabetização; fazendo com que o aprendiz se envolva emocionalmente pelas informações prestadas pelo comunicador. Há, através da Libras, um domínio e uma não negação pelo olhar sobre o outro.

## **6- A FUNÇÃO DA ESCOLA**

Segundo a Política Nacional de Educação Especial, a Integração é um processo dinâmico de participação das pessoas num contexto relacional, legitimando sua interação nos grupos sociais. A normalização é o princípio que representa a base filosófica-ideológica da integração. Não se trata de normalizar as pessoas, mas sim o contexto em que se desenvolvem. Normalização significa, portanto, oferecer aos educandos com necessidades especiais modos e condições de vida diária os mais semelhantes possíveis às formas e condições de vida da sociedade.

Em Congresso Internacional, realizado em Paris, em 1990, os representantes da Comissão de Educação Integrada discutiram diferentes aspectos dos conceitos de normalização. Diversas conclusões foram apresentadas, visando a facilitar a inclusão dos educandos no sistema de ensino: – preparação de recursos humanos; – adaptação de currículos; – complementações curriculares; – novas tecnologias de ação; – pesquisas; – divulgação de experiências; – preparo da comunidade em diferentes níveis: lar, escola, trabalho, recreação etc.

A legislação do Brasil (Constituição Federal/88, LDB 9394/96 entre outras) prevê a integração do educando com necessidades especiais no sistema regular de ensino. Essa integração, no entanto, deve ser um processo individual, fazendo-se necessário estabelecer, para cada caso, o momento oportuno para que o educando comece a freqüentar a classe comum, com possibilidade de êxito e progresso.

A integração do aluno surdo em classe comum não acontece como num passe de mágica. É uma conquista que tem que ser feita com muito estudo, trabalho e dedicação de todas as pessoas envolvidas no processo: aluno surdo, família, professores, fonoaudiólogos, psicólogos, assistentes sociais, alunos ouvintes, demais elementos da escola, etc.

No processo de integração de educandos com necessidades especiais é comum estabelecer comparação entre a educação dos alunos com dificuldades sensoriais. No entanto esses distinguem-se tanto no código como na produção linguística, como é o caso dos cegos e dos surdos. Os cegos manejam a Língua Portuguesa, como

qualquer outro falante e utilizam o Braille, código universal, para transcrever seus pensamentos e usam a fala em uma língua que conhecem desde o nascimento. O uso do Braille constitui, então, uma tradução: “a ” corresponde a um ponto; “b” corresponde a dois pontos na vertical; “l” corresponde a três pontos na vertical; etc.

A correspondência é perfeita, sem ambigüidades. Já para os surdos, a Língua Portuguesa é um instrumento lingüístico que não se apresenta como recurso que vem facilitar o intercâmbio com o mundo, mas um obstáculo que precisam transpor com grande dificuldade. Por outro lado, a LIBRAS não é código universal que possibilita tradução, mas sim, a interpretação, quando se procura estabelecer uma correspondência entre as duas línguas. Levando-se em conta que a aquisição da linguagem efetiva-se quando há condições internas do indivíduo (crescimento, audição, maturação neurológica) somadas às condições externas adequadas, conclui-se que a linguagem de um surdo configura diferenças entre ele e outro surdo, e entre ele e um ouvinte, vidente ou cego. A estimulação precoce da criança, que nasce ou se torna surda no período de zero a três anos de idade, é fator essencial para a aquisição da linguagem, uma vez que é considerado um período crítico favorável, devido à plasticidade neural, característica desse momento.

A grande maioria dos surdos, porém, não é beneficiada por esse atendimento que se encontra implantado apenas nas grandes cidades brasileiras. Por ocasião da aprendizagem sistematizada do saber, quando do ingresso da criança no sistema de ensino, o surdo é obrigado a utilizar-se da Língua Portuguesa, um sistema lingüístico que geralmente não domina ou domina precariamente, embora um desempenho razoável na compreensão e expressão desse idioma possibilite o acesso a níveis mais elevados de escolaridade.

Isto leva a deduzir que a oferta de oportunidade educacional sempre favorece a melhoria do desempenho do instrumental lingüístico dos surdos e é imprescindível para a evolução acadêmica dessas pessoas.

### 1. A Escola Especial para Surdos e o Processo de Integração

A Escola Especial deve atender a criança surda, desde os primeiros meses de vida, promovendo estimulação precoce e dar início ao processo de integração escolar do aluno, se possível, a partir da pré-escola, ou pós-alfabetização. Ao dar início ao processo de integração escolar do aluno, a escola especial deve oferecer apoio ao educando em turno inverso ao da escola regular e ainda subsidiar o trabalho do professor da classe comum. Caso a criança, ainda, não apresente condições de ingressar na escola comum, caberá à escola especial viabilizar o processo ensino-aprendizagem, desenvolvendo a mesma proposta curricular do ensino regular, mais as atividades de complementação curricular específica para os alunos surdos.

A escola especial deve funcionar em horário integral, dar atenção prioritária ao ensino da Língua Portuguesa (falada/escrita) para os alunos surdos, a fim de encaminhá-los para a classe comum, tão logo tenham domínio dessa língua, se possível, receptiva e expressiva, de modo que consigam integrar-se verdadeiramente no sistema regular de ensino.

Considerando-se que a grande maioria das pessoas surdas apresenta dificuldades em todos os níveis da Língua Portuguesa (fonológico ou sonoro, semântico ou interpretativo, sintático ou estrutural e pragmático ou funcional) é enorme a responsabilidade da escola especial em fazê-las superar tais dificuldades para dar-lhes instrumental lingüístico que as tornem capazes de conversar, ler, escrever ou seja, utilizar a língua de forma funcional e produtiva. Assim sendo, compete à escola especial oferecer cursos de Português instrumental, funcional, além dos conteúdos da disciplina, oferecida regularmente. Além dessa função, cabe à escola especial estudar e possibilitar o uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), por todos os elementos da comunidade escolar, como instrumento de ensino, apresentando as semelhanças e diferenças entre essas duas línguas.

A escola especial deve dedicar-se, também, a promover cursos de capacitação de professores, a propiciar estudos e pesquisas na área da surdez, linguagem e educação, desenvolvendo teorias e técnicas para subsidiar o trabalho de outros profissionais, sensibilizar os familiares e a população em geral para o respeito às potencialidades dos surdos, objetivando a integração plena dos seus alunos.

## 2. A Escola Regular

O aluno surdo deve freqüentar o sistema regular de ensino, porque é um cidadão com os mesmos direitos que qualquer outro. Ele precisa de um modelo orientador da Língua Portuguesa, de ficar exposto ao modelo lingüístico nacional, pois é no ambiente dos ouvintes que ele viverá sempre. A aprendizagem de uma língua efetiva-se realmente quando alguém tem o contato direto com os falantes dessa língua.

Nesse sistema, ele fará uso da leitura orofacial, exercitará a expressão oral e a escrita, em classes especiais ou em classes comuns, com apoio de salas de recursos. Para a integração do aluno surdo em classe comum recomendamos que: – a Escola estruture-se quanto aos recursos humanos, físicos e materiais; – o processo ocorra após o período de alfabetização, quando o educando já possui razoável domínio da Língua Portuguesa (falada e/ou escrita). No entanto, de acordo com as condições que ele apresentar, nada impede que a integração ocorra na pré escola ou em qualquer outra série; – a Escola, que vai receber este aluno, tenha conhecimento da sua forma de comunicação; – a Escola só o recebe para inclusão em classe comum, quando houver garantia de complementação curricular sem Sala de Recursos, professores itinerantes ou intérprete de LIBRAS; – a Escola organize a classe comum de forma que não tenha mais de 25 alunos, incluindo o integrado; – sua idade cronológica seja compatível com a média do grupo da classe comum que irá freqüentar; – a Escola comum mantenha um trabalho sistemático visando a participação da família no processo educacional.

### 2.1. Os Profissionais da Escola Regular

Os professores e demais profissionais que atuam junto ao aluno surdo na escola regular devem ser informados de que, embora ele possa não ter uma linguagem claramente expressa, poderá ter mais chances de integrar-se, se os profissionais, principalmente o professor da classe comum, estiverem atentos para os seguintes itens: – aceitar o aluno surdo sem rejeição; – ajudar o surdo a pensar, raciocinar, não lhe dando soluções prontas; – não manifestar conduta de superproteção; – tratar o aluno normalmente, como qualquer aluno, sem discriminação ou distinção; – não ficar de costas para o aluno, ou de lado, quando estiver falando; – preparar os colegas para recebê-lo naturalmente, estimulando-os para que sempre falem com

ele; – ao falar, dirigir-se diretamente ao aluno surdo, usando frases curtas, porém com estruturas completas e com o apoio da escrita; – falar com o aluno mais pausadamente, porém sem excesso e sem escandir as sílabas. O falar deve ser claro, num tom de voz normal, com boa pronúncia; – verificar se o aparelho de amplificação sonora individual está ligado. Ele não faz o surdo ouvir, mas reforça as pistas e dá referências; – verificar se ele está atento.

O surdo precisa “ler” nos lábios para entender, ao contexto das situações, todas as informações veiculadas; – chamar sua atenção, através de um gesto convencional ou de um sinal; – colocar o aluno nas primeiras carteiras da fila central ou colocar a turma, ou o grupo em círculo ou semi-círculo, para que ele possa ver todos os colegas, e para que seus colegas laterais possam servir-lhe de apoio; – utilizar todos os recursos que facilitem sua compreensão (dramatizações, mímicas, materiais visuais); – utilizar a língua escrita, e se possível, a Língua Brasileira de Sinais; – estimular o aluno a se expressar oralmente, por escrito e por sinais cumprimentando-o pelos sucessos alcançados; colocá-lo a par de tudo o que está acontecendo na comunidade escolar; – interrogar e pedir sua ajuda para que possa sentir-se um membro ativo e participante; – incluir a família em todo o processo educativo; – avaliar o aluno surdo pela mensagem-comunicação que passa e não somente pela linguagem que expressa ou pela perfeição estrutural de suas frases; – solicitar ajuda da escola especial, sempre que for necessário; – procurar obter informações atualizadas sobre educação de surdos; – utilizar, se for necessário, os serviços de intérpretes; – e, principalmente, acreditar de fato nas potencialidade do aluno, observando seu crescimento.

### 2.2. Os Professores Regentes das Classes Comuns

Cabe, diretamente, aos professores da escola regular, em particular aos professores de Língua Portuguesa das classes comuns com alunos surdos integrados: – utilizar vocabulário e comandos simples e claros nos exercícios; – não modificar o vocabulário, os comandos, as instruções, as questões, somente na hora das avaliações; – dar-lhes oportunidades para ler, escrever no quadro, levar recado para outros professores, como os demais colegas; – ficar atento para que participem das atividades extra-classe; – lembrar-se de que apesar de “ler” (ver o significante, a

letra), os alunos surdos muitas vezes não sabem o significado daquilo que leram. Muitos possuem o chamado analfabetismo funcional; – utilizar vocabulário alternativo quando eles não entenderem o que estão lendo. “Traduza”, troque, simplifique a forma da mensagem; – resumir, sempre, o assunto (o conteúdo dado) no quadro de giz, com os dados essenciais, em frases curtas; – prestar atenção ao utilizar a linguagem figurada e as gírias porque precisará explicar-lhes o significado; – lembrar-se que a Língua Portuguesa apresenta-se para ele como uma língua estrangeira; – ter cuidado com a utilização de sinônimos (explique-os para os alunos); – destacar o verbo das frases, ensinando-lhes o significado, para que os alunos surdos possam entender as instruções e executá-las; – sentar-se ao lado deles, decodificando com eles a mensagem de uma frase, de um texto, utilizando materiais concretos e dicionário; – ler a frase ou a redação dos alunos junto com eles, para que possam complementar com sinais, dramatizações, mímicas, sinais e desenhos etc, o pensamento mal expresso; – enviar, com antecedência, para o professor de apoio da educação especial (escola especial/itinerante/sala de recursos): o conteúdo a ser desenvolvido a cada semana; o texto a ser interpretado; o tema da redação a ser elaborada. – solicitar a presença do professor de apoio da educação especial em sua classe quando precisar de ajuda; – procurar sempre obter informações atualizadas sobre a educação de surdos e o ensino de sua disciplina em particular.

### 2.3. A Sala de Recursos

A escola regular, que recebe alunos surdos para promover seu processo de integração, deverá dispor de uma sala de recursos para atendimento a esses alunos em suas necessidades especiais.

O professor da sala de recursos, juntamente com a direção da escola e a equipe técnico-pedagógica, deve preparar o professor da classe comum que vai receber os alunos surdos. Se o professor é novo na escola, ele deve ser orientado sobre aspectos relevantes da educação de surdos, bem como sobre a Língua Brasileira de Sinais, sendo aconselhado a fazer um curso dessa língua.

Após a matrícula dos alunos surdos na classe comum, é estabelecido o horário e os dias de atendimento na sala de recursos, de forma a conciliar a frequência na sala de aula com a sua participação nas atividades extraclasse.

Os alunos integrados nas escolas de ensino regular devem possuir uma agenda, onde o professor da classe comum anota as dificuldades encontradas, para que o professor da sala de recursos possa planejar atividades adequadas às necessidades dos educandos.

Deve haver reuniões gerais na escola para que os professores, que atendem os surdos, possam trocar experiências na tentativa de facilitar o processo de integração. Será muito produtivo se o professor da sala de recursos participar dessas reuniões.

Quando os alunos são integrados em classe comum de outra escola, no começo do ano letivo, o professor da sala de recursos deve realizar reuniões com o professor que vai recebê-los, com a presença da direção e da equipe técnico-pedagógica.

Os professores da sala de recursos devem realizar visitas sistemáticas às escolas integradoras, bem como devem participar das avaliações bimestrais.

O professor da sala de recursos retoma, constantemente, os conteúdos trabalhados em classe comum, utilizando a Língua Brasileira de Sinais para repassar informações complementares da disciplina, dando ênfase a Língua Portuguesa escrita. Para atuar em salas de recursos que atendam alunos a partir da 6º ano do Ensino Fundamental, sugere-se que o professor tenha formação em Letras/Português, uma vez que lhe compete oferecer ao aluno surdo um Curso de Português Instrumental, à semelhança dos cursos de língua estrangeira.

As principais atribuições do professor da sala de recursos são: – Oferecer apoio pedagógico a alunos integrados em classe comum; – manter intercâmbio com a comunidade escolar para um trabalho de conscientização sobre as potencialidades do portador de surdez; – atender diariamente, na sala de recursos, alunos surdos integrados, individualmente ou em pequenos grupos, de no máximo seis alunos; – oferecer, na sala de recursos, complementação curricular específica, visando,

principalmente, ao aprendizado da Língua Portuguesa (leitura, interpretação e redação de textos variados); – organizar um cronograma de atendimento às necessidades e às condições de cada aluno surdo; – reunir sistematicamente os pais dos alunos surdos para orientações e incentivos à participação em reuniões da escola e no processo de integração dos alunos; – elaborar material pedagógico, visando a sanar as dificuldades encontradas pelos alunos integrados em classes comuns, nas diferentes áreas do conhecimento; – atuar como professor de ensino dirigido de todas as disciplinas, visando ao aprendizado do vocabulário e mensagem ali expressos em Língua Portuguesa; – registrar a freqüência dos alunos da sala de recursos, bem como contactar os pais, quando houver faltas consecutivas; – realizar visitas periódicas às classes comuns, registrando as informações relevantes que coletar; – realizar periódica e sistematicamente avaliação das atividades desenvolvidas quanto à forma de agrupamento, metodologia, materiais utilizados, horário de atendimento, etc. e trocar impressões com o professor da classe comum quanto ao rendimento alcançado pelos alunos surdos integrados; – avaliar o processo de integração escolar, juntamente com toda a equipe da escola regular e a família.

### 2.4. A Classe Especial

Os alunos surdos que não apresentarem condições de frequentar a classe comum, com um rendimento mínimo satisfatório, devem ser integrados em classe especial das escolas regulares, principalmente aqueles que se encontram na Educação Infantil e aqueles que se encontram no processo de alfabetização.

As classes especiais constituem-se em turmas de alunos surdos com mais ou menos dez alunos, atendidos por um professor que, preferencialmente, deve possuir especialização na área de ensino para surdo e ter conhecimentos da Língua Portuguesa e da Língua Brasileira de Sinais.

As classes especiais, por estarem inseridas em escolas regulares, facilitam bastante o processo de integração já em andamento, e a futura inclusão do aluno surdo na classe comum. Essa classes especiais devem ser organizadas por faixa etária e nível de escolaridade.

Cabe ao professor da classe especial promover todo o atendimento pedagógico aos alunos surdos e realizar atividades nas quais atuem como agentes facilitadores do desenvolvimento da escolaridade do surdo e do seu processo de integração no mundo ouvinte.

Compete a esse professor: promover a sensibilização de toda comunidade escolar a respeito das potencialidades dos alunos surdos; orientar aos pais para que cooperem com o processo ensino-aprendizagem; dar início ao processo de integração escolar dos alunos surdos; viabilizar o processo ensino-aprendizagem, desenvolvendo a mesma proposta curricular da Educação Infantil e do processo de alfabetização do ensino regular; desenvolver atividades de complementação curricular específica para portadores de deficiência auditiva, visando, principalmente, ao aprendizado da Língua Portuguesa pelos alunos surdos; encaminhar os alunos para a classe comum tão logo tenham domínio de Língua Portuguesa (receptiva e expressiva) de modo que consigam integrar-se verdadeiramente no Sistema Regular de Ensino.

### 2.5. O Papel do Intérprete de LIBRAS

A profissão de intérprete de LIBRAS (existe uma movimentação da comunidade surda organizada em âmbito nacional, no sentido de que a LIBRAS seja reconhecida oficialmente como língua) ainda não está regulamentada e poucos são os municípios que a reconhecem. Por outro lado, não existindo formação específica, é reduzido o número de pessoas habilitadas para exercer essa função que passou a ser desempenhada por familiares, amigos ou profissionais com longo tempo de convívio com surdos.

Os intérpretes devem ter fluência na Língua Brasileira de Sinais, assim como ela é usada pelas pessoas surdas e ter também boa fluência em Língua Portuguesa. Geralmente, intérpretes com nível de escolaridade alto têm melhores condições de produtividade. A atuação dos intérpretes deve estar centrada no atendimento a todas as pessoas surdas que necessitam romper os bloqueios de comunicação com o objetivo de integrar surdos e ouvintes, facilitando a comunicação entre ambos. Frequentemente, os intérpretes são solicitados para intermediar a comunicação de surdos e ouvintes em encontros, reuniões, cursos, palestras, debates, entrevistas,

consultas, audiências, visitas, etc., além de participarem do processo de integração escolar do aluno surdo. A presença do intérprete de LIBRAS x Português e vice-versa, em sala de aula, tem aspectos favoráveis e desfavoráveis que precisam ser observados. Aspectos favoráveis: o aluno surdo aprende de modo mais fácil o conteúdo de cada disciplina; o aluno surdo sente-se mais seguro e tem mais chances de compreender e ser compreendido; o processo de ensino-aprendizagem fica menos exaustivo e mais produtivo para o professor e alunos; o professor fica com mais tempo para atender aos demais alunos; a LIBRAS passa a ser mais divulgada e utilizada de maneira mais adequada; o aluno surdo tem melhores condições de desenvolver-se, favorecendo inclusive seu aprendizado da Língua Portuguesa (falada e/ou escrita).

### Aspectos desfavoráveis

o intérprete pode não conseguir passar o conteúdo da mesma forma que o professor; o aluno não presta atenção ao que o professor regente diz, porque está atento ao intérprete; há necessidade de pelo menos dois intérpretes por turma porque a atividade é exaustiva; os demais alunos ouvintes podem ficar desatentos, porque se distraem olhando para o intérprete; o professor regente pode sentir-se constrangido em estar sendo interpretado; o professor não interage diretamente com o aluno; Assim sendo, é necessário que professor regente e o intérprete planejem suas funções e limites. – Compete ao professor regente: liderar a classe; ordenar o processo de ensino-aprendizagem; resumir suas aulas no quadro; avaliar o aluno. – Compete ao intérprete: interpretar somente; não explicar o conteúdo. Sugere-se que ambos, professor e intérprete, sejam funcionários da mesma escola, para que tenham tempo para coordenar suas ações. Conclusão: A integração do aluno surdo é um desafio que deve ser enfrentado com coragem, determinação e segurança. A decisão de encaminhar um aluno para a classe de ensino regular deve ser fruto de um criterioso processo de avaliação. Finalmente, deve-se ter clareza que essa integração não passa exclusivamente pela sua colocação na turma com crianças ouvintes.

A verdadeira integração implica em reciprocidade. A criança surda poderá iniciar seu processo de integração na família, na vizinhança, na comunidade, participando de

atividades sócio-recreativas, culturais ou religiosas com crianças e adultos “ouvintes” e dar continuidade a esse processo na escola especial ou regular, de acordo com suas necessidades especiais. Garantir ao aluno surdo um processo de escolarização de qualidade é fator fundamental para sua integração plena.

### 3. A Avaliação da Aprendizagem

A avaliação é parte integrante do processo ensino-aprendizagem.

A avaliação requer preparo técnico e grande capacidade de observação dos profissionais envolvidos. A principal função da avaliação é a diagnóstica por permitir detectar, diariamente, os pontos de conflitos geradores do fracasso escolar. Esses pontos detectados devem ser utilizados pelo professor como referenciais para as mudanças nas ações pedagógicas, objetivando um melhor desempenho do aluno. A avaliação tem também, a função classificatória, visando à promoção escolar do aluno ou ao levantamento de indicadores quanto ao status quo do indivíduo, num determinado momento, quando este é submetido a testes, provas e exames de caráter específico ou multidisciplinar (pedagógico, médico, fonoaudiológico, psicossocial, etc). Na avaliação da aprendizagem, o professor não deve permitir que os resultados das provas periódicas, geralmente de caráter classificatório, sejam supervalorizados em detrimento de suas observações diárias, de caráter diagnóstico. O professor, que trabalha numa dinâmica interativa, tem noção, ao longo de todo o ano, da participação e produtividade de cada aluno.

É preciso deixar claro que a prova é somente uma formalidade do sistema escolar.

Como em geral, a avaliação formal é datada e obrigatória, deve-se ter inúmeros cuidados em sua elaboração e aplicação. Todo o conteúdo da prova deve estar adequado com o que foi trabalhado, durante as aulas de Português escrito, não dando margem a dúvidas.

As questões devem, preferencialmente, estar relacionadas umas com as outras, delineando um contexto lógico em toda a prova. Na avaliação da aprendizagem do aluno surdo, não se pode permitir que o desempenho linguístico interfira de maneira castradora na performance acadêmica desses alunos que já possuem, por

sua perda auditiva, uma defasagem linguística no que se refere à Língua Portuguesa (falada e/ou escrita).

Muitas vezes, a imperfeição no desempenho do aluno surdo fica evidenciada em todos os níveis da Língua Portuguesa: fonológico, semântico, morfossintático e pragmático.

Considerando-se que, as instituições de ensino regular não têm como objetivo avaliar o desempenho linguístico do aluno surdo no nível fonológico e que o nível pragmático é melhor aferido pelas observações do dia a dia, fica sob a responsabilidade do professor a avaliação dos níveis de conteúdo (semântico) e da forma como este é apresentado (morfossintático). No momento de atribuir conceitos ou estabelecer grau de valor para os materiais lingüísticos produzidos pelo aluno surdo, o professor deverá estar ciente que: – a dificuldade de redigir em Português está relacionada à dificuldades de compreensão dos textos lidos (conteúdo semântico) e que essas dificuldades impedem a organização ao nível conceitual. O aluno poderá ler, mas confundir o significado das palavras. Muitas vezes, só compreende o significado das palavras de uso contínuo, o que interfere no resultado final do trabalho com qualquer texto, mesmo o mais simples. – as dificuldades que a leitura acarreta ao surdo impedem a expansão do vocabulário, e com isso, provocam a falta de hábito de ler. O reflexo desse círculo vicioso reflete-se na pobreza de vocabulário e na falta de domínio das estruturas (forma) mais simples da Língua Portuguesa. No nível estrutural (morfossintático), observa-se que, mais constantemente, os alunos surdos não conhecem o processo de formação das palavras, utilizando substantivo no lugar de adjetivo e vice-versa, omitem verbos, usam inadequadamente as desinências nominais e verbais, desconhecem as irregularidades verbais, não utilizam preposições e conjunções, ou o fazem inadequadamente,. Além disso, tudo leva a crer que, por desconhecerem a estrutura da Língua Portuguesa, utilizem, freqüentemente, estruturas da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para expressarem por escrito suas idéias.

Ao avaliar a produção escrita dos alunos surdos em Língua Portuguesa, os professores deverão ser orientados para que: o aluno tenha acesso ao dicionário, e se possível, ao intérprete no momento do exame; a avaliação do conhecimento

utilize critérios compatíveis com as características inerentes a esses educandos; a maior relevância seja dada ao conteúdo (nível semântico), ao aspecto cognitivo de sua linguagem, coerência e seqüência lógica das idéias; a forma da linguagem (nível morfossintático) seja avaliada com mais flexibilidade, dando maior valor ao uso de termos da oração, como termos essenciais, termos complementares e, por último, os termos acessórios, não sendo por demais exigente no que diz respeito ao elemento coesivo.

Assim, ao avaliar o conhecimento do aluno surdo, o professor não deve supervalorizar os erros da estrutura formal da Língua Portuguesa em detrimento do conteúdo. Não se trata de aceitar os erros, permitindo que o aluno neles permaneça, mas sim anotá-los para que sejam objeto de análise e estudo junto ao educando, a fim de que possa superá-los. Além disso, seria injusto duvidar que a aprendizagem efetivamente ocorreu, tendo-se por base unicamente o desempenho linguístico do aluno surdo, ponto em que se situam suas principais necessidades especiais.

A avaliação da aprendizagem do aluno surdo é ponto merecedor de profunda reflexão. Todos os profissionais envolvidos nesse processo deverão estar conscientes de que o mais importante é que os alunos consigam aplicar os conhecimentos adquiridos em seu dia a dia, de forma que esses conhecimentos possibilitem uma existência de qualidade e o pleno exercício da cidadania.

## **REFERÊNCIAS**

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria\\_dos\\_surdos](https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_dos_surdos)>acesso em 12/03/2020

<http://setembroazul.com.br/hist%C3%B3ria-dos-surdos.html>>acesso em 12/03/2020

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Cultura\\_dos\\_surdos](https://pt.wikipedia.org/wiki/Cultura_dos_surdos)>acesso em 12/03/2020

<https://saude.abril.com.br/medicina/causas-da-perda-auditiva/>>acesso em 12/03/2020

<https://www.direitodeouvir.com.br/blog/graus-perda-auditiva>>acesso em 12/03/2020

<https://www.efdeportes.com/efd211/comunicacao-entre-surdos-e-nao-surdos.htm>>acesso em 12/03/2020

<https://pedagogiaaopedaleta.com/educacao-especial-integracao-escolar-do-aluno-surdo/>>acesso em 12/03/2020